Notícias do dia 22 de março

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 16

GAZETA DO ESTADO IMPRESSO - GO - GERAL
TCE - GO
Centrado - CORTE 4

TV RECORD - GO - GOIÁS RECORD
TCE - GO
Ipasgo anuncia mudança jurídica e inclusão de dependente será facilitada 5

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - JA 2ª EDIÇÃO
TCE - GO
Ipasgo anuncia mudança jurídica e inclusão de dependente será facilitada 6

RÁDIO CBN GOIÂNIA 97.1 FM - GOIÂNIA - GO - TARDE CBN
TCE - GO
Na Trilha da Política com Cileide Alves 7

RÁDIO CBN GOIÂNIA 97.1 FM - GOIÂNIA - GO - TARDE CBN
TCE - GO
Governo de Goiás está animado com leilão para aluguel de ônibus elétricos 8

RÁDIO CBN GOIÂNIA 97.1 FM - GOIÂNIA - GO - TARDE CBN
TCE - GO
Ipasgo anuncia mudança jurídica e inclusão de dependente será facilitada 9

DIÁRIO DE GOIÁS ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Primeira reunião sobre mudança de razão jurídica do Ipasgo termina sem consenso 10

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - SAÚDE
TCE - GO
Ipasgo passa a ser fiscalizado pela ANS como outros planos de saúde 12

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Mudanças no Ipasgo devem permitir inclusão de pais como dependentes de titulares 14

DIÁRIO DE GOIÁS ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Começa debate para mudança do regime jurídico do Ipasgo 15

O POPULAR ONLINE - GO - OPINIÃO
TCE - GO
Caiado diz que mudança no Ipasgo é determinação do TCE-GO 16

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Mudança no Ipasgo provoca crítica e temor de aumento 17

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Ipasgo estuda mudar personalidade jurídica para Serviço Social Autônomo 19

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
"Vou manter a bandeira da oposição hasteada", garante Marconi 20

DE MINUTO A MINUTO - ONLINE - REGIONAIS
TCE - GO
Projeto de lei muda natureza jurídica do Ipasgo 22

PORTAL DO ALAN - GO - GOIÁS
TCE - GO
Projeto de lei muda natureza jurídica do Ipasgo 23

RATINHO NOTÍCIAS - SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Mudanças no Ipasgo devem permitir inclusão de pais como dependentes de titulares 25

SINDJUSTIÇA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
SINDJUSTIÇA solicita à PGE análise prévia de projeto que vai alterar personalidade jurídica do instituto
. 27

BLOG DO ALAN RIBEIRO - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Projeto de lei muda natureza jurídica do Ipasgo 28

Centrado - CORTE

MARIA REIS

CENTRADO -

Em entrevista coletiva, na segunda- feira, para falar sobre os resultados dos processos em seu governo, sobre obras rodoviárias e concessão de incentivos scais ao setor sucroalcooleiro, terem sidos arquivados pelo **TCE-GO** e MPGO, Marconi Perillo, destacou, que em relação às eleições de 2024 e 2026, ainda, que, por não ter vaidade, pode nem ser candidato, mas que participará ativamente do processo eleitoral, "Vou continuar, enquanto vida tiver, na política, independentemente de ser ou não candidato"

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/wp-content/uploads/sites/5/2023/03/Gazeta-5293.pdf

Ipasgo anuncia mudança jurídica e inclusão de dependente será facilitada

TAGS: IPASGO, Ronaldo Caiado, **TCE-GO**.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2023/03/22/TVRECORDGO-19.42.12-19.45.33-1679525492.mp4

Ipasgo anuncia mudança jurídica e inclusão de dependente será facilitada

TAGS: IPASGO, Ronaldo Caiado, **TCE**-GO, Secretaria de Saúde de **Goiás**.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2023/03/22/TVANHANGUERAAFTVGLOBOGOINIAGO-19.24.48-19.28.59-1679524642.mp4

Na Trilha da Política com Cileide Alves

TAGS: IPASGO, Secretaria de Saúde de **Goiás**, Ronaldo Caiado, **TCE**-GO, Comurg **Goiânia**, Prefeitura de **Goiânia**.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/03/22/RDIOCBNGOINIA971FMGOINIAGO-15.05.26-15.21.48-1679513706.mp3

Governo de Goiás está animado com leilão para aluguel de ônibus elétricos

TAGS: CMTC, RMTC, Governo de **Goiás**, Eixo Anhanguera, MPGO, **TCE**-GO.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/03/22/RDIOCBNGOINIA971FMGOINIAGO-14.55.07-14.59.15-1679513646.mp3

Ipasgo anuncia mudança jurídica e inclusão de dependente será facilitada

TAGS: IPASGO, Ronaldo Caiado, **TCE-GO**.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/03/22/RDIOCBNGOINIA971FMGOINIAGO-14.19.05-14.21.38-1679513106.mp3

Primeira reunião sobre mudança de razão jurídica do Ipasgo termina sem consenso

Domingos Ketelbey

Pegos de surpresa com o anúncio que o Governo de **Goiás** pretende alterar a razão jurídica do Ipasgo nesta quarta-feira (22/03), representantes dos servidores pediram mais tempo para apreciar a proposta do Executivo que será encaminhada à Assembleia Legislativa para os deputados apreciarem. A mudança provocou "preocupação" em servidores que alegaram sequer saber que o debate estava à mesa.

Na prática, houve uma rejeição avassaladora à primeira vista que a procuradora Geral do Estado, Juliana Prudente, e a equipe técnica do Governo terão de reverter até a próxima sexta-feira (24) quando, pela manhã, uma nova reunião acontecerá junto aos representantes dos servidores. Do lado da **administração estadual**, a tese é que existe uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) no vácuo do Governo para a alteração.

Do lado dos servidores, existe a alegação de debate atropelado sem que houvesse conversas nem diálogo antes que o Projeto de Lei esteja às mãos dos deputados. O assunto foi motivo de questionamento dos deputados estaduais Mauro Rubem e Bia de Lima, ambos do PT. O primeiro, voltou a criticar a forma como o governador Ronaldo Caiado (União Brasil) tem encaminhado os projetos da governadoria para a **Alego**. A segunda, manifestou preocupação diante da mudança. "O caminho direto para forca não concordarmos", disse em entrevista coletiva.

Responsável por levar aos servidores as mudanças, a procuradora-Geral, Juliana Prudente destacou em coletiva à imprensa que o Governo de **Goiás** deveria acatar até o fim de 2023, a 'recomendação' do **TCE** para mudar a "personalidade jurídica" do Instituto. "Na verdade é uma determinação", corrigiu.

Sem um sucesso inicial, uma nova reunião ficou marcada para a próxima sexta-feira. "Sabemos dos receios que são levantados. O que se espera? Que diante dessas primeiras conversas nós tenhamos algo concreto para levar ao governador do Estado a quem compete levar o PL para Assembleia", destacou.

Prudente destacou que não trata-se de privatização do Instituto. "O que acontece? O serviço social autônomo é criado por lei. A lei que cria esse serviço é a mesma que vai extinguir a autarquia. Há uma transformação no mesmo PL. Saí da administração pública. Não se trata de privatização. Estamos propondo num primeiro momento a gente entende que trata-se de um serviço social autônomo". Quando o parecer foi emitido, no ano passado, o governador chegou a destacar que não estava nos planos do Governo privatizar a empresa.

A procuradora ainda disse que a intenção do Governo é de melhorar o serviço a quem utiliza os serviços do Ipasgo. "Na verdade, enxergamos que esse novo serviço social autônomo vai ser adequado com forma maior qualidade e com mais eficiência. Hoje, qual a preocupação da equipe técnica do governo? É que tenha o menor impacto a nível de desembolso financeiro. Estamos estudando para justamente que não haja incremento e que o Estado vai arcar com os subsídios de recurso público", pontuou.

Representantes sindicais ouvidos pelo Diário de **Goiás** relatam que foram pegos de surpresa com relação aos anúncios do Governo. Alguns, até dizem entender que mudanças são necessárias, mas que poderia ser apresentada de outras formas. "Até mesmo membros do Conselho do Ipasgo não sabiam do que se tratavam essas mudanças", relatou uma fonte ao DG. Um presidente sindical reclamou: "fiquei sabendo pela imprensa".

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de **Goiás** (Sintego), a deputada estadual Bia de Lima (PT) não escondeu a insatisfação após a reunião. Ela chegou a dizer que a forma como o debate estava sendo tocado 'amedrontava' os servirores.

"Estamos muito preocupados. É preciso que toda a sociedade goiana saiba que além das 600 mil vidas que o Ipasgo atende, mais os agregados e tudo mais. Vai mexer também com os prestadores de serviço. Isso nos preocupa porque de uma hora para outra o Governo tem tanta pressa em retirar o nosso plano de saúde. São 60 anos de muito trabalho", destacou durante coletiva à imprensa.

O parecer do **Tribunal de Contas do Estado** não é uma novidade e é uma determinação que consta no parecer prévio das contas anuais do governador,

referente a 2021, que previa "providências para que, até o final de 2023, seja efetivada a conversão do Ipasgo [Instituto de Assistência aos Servidores Públicos do Estado de **Goiás**] em pessoa jurídica de direito privado".

À época, em julho do ano passado, Caiado foi as redes dizer que qualquer hipótese de privatização do Ipasgo, tratava-se de fake news. "Nosso governo jamais levantou qualquer hipótese de privatização do Ipasgo. Muito pelo contrário: repassamos os recursos do Instituto rigorosamente em dia", destacou.

Como alternativa às providências para converter o Ipasgo em pessoa jurídica de direito privado, o governo pode promover "medida com potencial equivalente para resolução dos problemas" apontados na análise do **conselheiro** relator, **Celmar Rech**.

De acordo com ele, os recursos oriundos da receita do Ipasgo não devem compor a Receita Corrente Líquida (RCL). "No exercício de 2021, esses valores somaram R$ 1,817 bilhão, o que representa 5,76% da RCL do período."

"A manutenção da atual natureza jurídica do Ipasgo também prejudica a transparência social e a inteligibilidade sobre os gastos estaduais com a função saúde pública, como dito alhures, pelo fato de que seus dispêndios, de caráter não universal, são direcionados a um público específico, os usuários do plano de saúde, e não com a saúde da sociedade em geral", afirma o relator, que recomenda a transformação do órgão "em uma fundação ou outra instituição privada sem fins lucrativos", dizia no trecho do documento.

Site: https://diariodegoias.com.br/primeira-reuniao-sobre-mudanca-de-razao-juridica-do-ipasgo-termina-sem-consenso/285243/

Ipasgo passa a ser fiscalizado pela ANS como outros planos de saúde

Stéfany Fonseca

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA). O governo estadual alega que atende determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). Projeto de lei será encaminhado à apreciação da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**).

Com a alteração da natureza jurídica, o Ipasgo passa a ser regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). De acordo com o órgão, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, bem como a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

De acordo com o governo, a nova personalidade jurídica, não significa a privatização do Ipasgo. Nesse caso, ele passa a ser gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal. No Serviço Social Autônomo, o Estado continua como controlador. "A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança", afirma o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz.

Determinação do **TCE** A proposta de transformação da autarquia em SSA atende determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). A corte de contas impôs que até o final deste ano seja efetivada a conversão do Ipasgo em pessoa jurídica de direito privado, aos moldes dos integrantes do Sistema S (Sesc, Senai, Sebrae, dentre outros).

O **TCE** entende que a medida corrige uma inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência prestada pelo Ipasgo. A configuração jurídica deve mudar, no entendimento do Tribunal, para dar o devido reconhecimento de que o Ipasgo é mantido com recursos privados, já que são oriundos dos salários de servidores e de dependentes.

Mudanças

Consumada a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil.

A mudança terá impacto também no regime de contratação dos funcionários do instituto, que passam a ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como efeito, os atuais 239 servidores efetivos da autarquia serão colocados à disposição da Secretaria de Estado de Administração (Sead) para que sejam remanejados para outros órgãos do Governo de **Goiás**, respeitando a compatibilidade de atribuições, escolaridade e remuneração. Não haverá exonerações de servidores efetivos. Além deles, o Ipasgo tem hoje 18 servidores comissionados e outros 53 cedidos ou à disposição do instituto.

Já a prestação de serviço terceirizada será assumida pelo Serviço Social Autônomo, por meio de contratações em regime CLT. Hoje, o instituto tem 586 funcionários terceirizados. Os contratos com fornecedores e prestadores de serviço também serão absorvidos pela SSA. Em ambos os casos estão garantidos todos os direitos e deveres contratuais.

Perfil Criado em outubro de 1962, o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** tem 596.054 usuários; 3.089 prestadores credenciados em todo o estado; 841 clínicas, hospitais e laboratórios; além de 161 convênios com prefeituras, câmaras, sindicatos, entre outros. O instituto tem orçamento de quase R$ 2 bilhões por ano oriundo de recursos privados dos servidores públicos.

A proposta de transformação da autarquia em SSA atende determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**).

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) está passando por uma mudança em sua natureza jurídica. O projeto de lei que propõe que o Ipasgo deixe de ser uma autarquia estadual para se tornar um Serviço Social Autônomo (SSA) será apreciado pela Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**). Caso seja aprovado, o instituto passará a ser regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), ampliando o rol de cobertura e permitindo a inclusão de dependentes dos titulares, como pais e irmãos.

Com a mudança, os usuários do serviço de assistência à saúde terão acesso a mais procedimentos médicos, odontológicos, medicamentos e OPMEs. A alteração da natureza jurídica não significa privatização, mas sim que o Ipasgo passará a ser gerido por uma diretoria executiva, com apoio de conselhos de administração e fiscal, mantendo o Estado como controlador. A mudança atende a uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**), que impôs a conversão do Ipasgo em pessoa jurídica de direito privado.

A mudança trará impactos no regime de contratação dos funcionários do instituto, que passarão a ser regidos pela CLT, e na prestação de serviços terceirizados, que serão assumidos pelo SSA. O instituto tem hoje 239 servidores efetivos, 18 comissionados e 53 cedidos ou à disposição, além de 586 funcionários terceirizados. A mudança garante a todos os funcionários os direitos e deveres contratuais. Criado em 1962, o Ipasgo tem mais de 596 mil usuários, 3.089 prestadores credenciados em todo o estado, 841 clínicas, hospitais e laboratórios, além de 161 convênios com prefeituras, câmaras e outros órgãos públicos.

Site: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/ipasgo-passa-a-ser-fiscalizado-pela-ans-como-outros-planos-de-saude-476034/

Mudanças no Ipasgo devem permitir inclusão de pais como dependentes de titulares

Da Redação

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA), atendendo determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). O projeto de lei será encaminhado à apreciação da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) e se aprovado irá ampliar o rol de cobertura e ainda permitir a inclusão de pais, irmãos e outros parentes como dependentes dos titulares.

Com a alteração da natureza jurídica, o Ipasgo passa a ser regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, bem como a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

A nova personalidade jurídica, no entanto, não significa a privatização do Ipasgo. Nesse caso, ele passa a ser gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal. No Serviço Social Autônomo, o Estado continua como controlador. "A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança", afirma o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz.

Determinação do **TCE**

A proposta de transformação da autarquia em SSA atende determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). A corte de contas impôs que até o final deste ano seja efetivada a conversão do Ipasgo em pessoa jurídica de direito privado, aos moldes dos integrantes do Sistema S (Sesc, Senai, Sebrae, dentre outros).

O **TCE** entende que a medida corrige uma inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência prestada pelo Ipasgo. A configuração jurídica deve mudar, no entendimento do Tribunal, para dar o devido reconhecimento de que o Ipasgo é mantido com recursos privados, já que são oriundos dos salários de servidores e de dependentes.

Mudanças

Consumada a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil.

A mudança terá impacto também no regime de contratação dos funcionários do instituto, que passam a ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como efeito, os atuais 239 servidores efetivos da autarquia serão colocados à disposição da Secretaria de Estado de Administração (Sead) para que sejam remanejados para outros órgãos do Governo de **Goiás**, respeitando a compatibilidade de atribuições, escolaridade e remuneração. Não haverá exonerações de servidores efetivos. Além deles, o Ipasgo tem hoje 18 servidores comissionados e outros 53 cedidos ou à disposição do instituto.

Já a prestação de serviço terceirizada será assumida pelo Serviço Social Autônomo, por meio de contratações em regime CLT. Hoje, o instituto tem 586 funcionários terceirizados. Os contratos com fornecedores e prestadores de serviço também serão absorvidos pela SSA. Em ambos os casos estão garantidos todos os direitos e deveres contratuais.

Site: https://www.maisgoias.com.br/cidades/projeto-de-lei-muda-natureza-juridica-do-ipasgo/

Começa debate para mudança do regime jurídico do Ipasgo

Luana Cardoso

Conforme determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**), o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) deixará de ser uma autarquia estadual e se transformará em um Serviço Social Autônomo (SSA). O projeto de lei que trata da mudança de regime jurídico da instituição será debatido na Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**).

Se aprovada, a mudança ampliará o rol de cobertura do plano de saúde e permitirá ainda a inclusão de pais, irmãos e outros parentes como dependentes dos titulares. Além disso, o Ipasgo deverá ser regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde suplementar (ANS).

A partir da alteração jurídica, o instituto passará a ser gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro fiscal. No entanto, a nova personalidade jurídica não significa a privatização, no Serviço Social Autônomo, o Estado continua como controlador.

Se aprovada a alteração do regime jurídico, o Ipasgo passará a ter autonomia financeira e administrativa, além de imunidade em relação aos impostos federais e municipais, estar isento de tributos estaduais, e será regido pela legislação civil.

O regime de contratação dos funcionários também mudará, já que passarão para o regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A partir disso, os atuais 239 servidores efetivos da autarquia serão colocados à disposição da Secretaria de Estado de Administração (Sead) para que sejam remanejados para outros órgãos do Governo de **Goiás**, respeitando a compatibilidade de atribuições, escolaridade e remuneração. Não haverá exonerações de servidores efetivos.

Site: https://diariodegoias.com.br/comeca-debate-para-mudanca-do-regime-juridico-do-ipasgo/285222/

Caiado diz que mudança no Ipasgo é determinação do TCE-GO

Fabiana Pulcineli

Modificado em 22/03/2023 13:09

O governador afirmou que "O estado é submisso às regras e às leis e essa discussão foi a nós colocada pelo **TCE**, dando prazo limite até o final do ano". (Fábio Lima / O Popular)

O governador Ronaldo Caiado (UB) disse nesta quarta-feira (22) que a alteração da natureza jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (Ipasgo), de autarquia para sociedade de serviço autônomo, é determinação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-**GO**). A reunião marcada pelo órgão com servidores para a tarde desta quarta, para anúncio da mudança, provocou especulações de privatização, exonerações e piora no serviço.

Em resposta à CBN **Goiânia**, Caiado disse, em entrevista durante evento de apresentação de novos ônibus para operação em linhas semiurbanas e intermunicipais, que a gestão cumprirá as normas legais. "É exigência do Tribunal de Contas, não é iniciativa do governador. O estado é submisso às regras e às leis e essa discussão foi a nós colocada pelo **TCE**, dando prazo limite até o final do ano", afirmou.

Ao ser questionado sobre privatização, o governador respondeu que "não tem nada a ver", mas não deu mais detalhes sobre como funcionará o órgão. "Haverá discussão com todos os sindicatos e beneficiários do Ipasgo para ver qual o caminho que deve ser tomado agora. O estado não pode descumprir uma decisão do **TCE**", disse.

Apesar de ainda não ter ocorrido a reunião para esclarecer o funcionamento do instituto, os servidores apontam risco de prejuízos aos usuários, em termos de rede de atendimento e valor de mensalidade, além do receio com exonerações. Também falam da possibiidade de extinção de cargos de auditores.

Pelo menos desde 2020, o **TCE**-**GO** tem defendido que a opção por autarquia é inadequada. Isso porque as receitas e gastos guardam relação apenas com os beneficiários (servidores) e não com o erário. O **conselheiro** **Celmar Rech** alertou no início de 2021 que as unidades técnicas do **TCE**-**GO** já fizeram críticas reiteradas sobre a questão nos processos de julgamento de contas do governo.

Em recomendação feita também em 2021, Rech solicitou que o governo avaliasse a conveniência e oportunidade da adoção de medidas para alteração da natureza jurídica do Ipasgo, "de forma a fazer cessar as inadequadas implicações de se conferir artificialmente o caráter de receita pública aos recursos arrecadados dos beneficiários do plano de saúde".

Já em março do ano passado, houve determinação do **conselheiro** para que o instituto informasse "justificativa técnica para a manutenção da atual natureza jurídica, vez que, apesar de legalmente válida, a opção costuma ser apontada pelo Tribunal de Contas como causadora de outros efeitos indesejados".

O presidente do Ipasgo, Vinícius Luz, fará a reunião com os servidores às 13 horas e, às 16h30, concederá, junto com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), entrevista coletiva sobre o assunto.

***

E-mail: fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Twitter: @fpulcineli

Instagram: @fpulcineli

Facebook: fabiana.pulcineli

Site: https://opopular.com.br/opiniao/blog-fabiana-pulcineli/caiado-diz-que-mudanca-no-ipasgo-e-determinac-o-do-tce-go-1.3010969

Mudança no Ipasgo provoca crítica e temor de aumento

Ipasgo: governo aponta que alteração da natureza jurídica é obrigatória (Weimer Carvalho)

Sob argumento de determinação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-**GO**) e de escolha de melhor modelo após estudos e consultas a outros estados, o governo de **Goiás** anunciou nesta quarta-feira (22) a proposta de transformar o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (Ipasgo) em sociedade de serviço autônomo (SSA), mudando a vinculação - até aqui de autarquia - com o Poder Público.

Em reação, entidades que representam o funcionalismo chamam a mudança de privatização, e apontam risco de aumento da cobrança dos planos e a preocupação com o destino de 239 servidores. Reclamam também da "surpresa" com a proposta, sem inclusão do funcionalismo na escolha do modelo.

Na campanha eleitoral do ano passado, o governador Ronaldo Caiado (UB) fez postagens nas redes sociais afirmando que era "fake news" a divulgação de que ele havia determinado a privatização do Ipasgo. "É mentira! Nosso governo jamais levantou qualquer hipótese de privatização do Ipasgo. Muito pelo contrário: repassamos os recursos do Instituto rigorosamente em dia", postou em julho de 2022.

Na ocasião, o governo já estudava novos modelos para mudança da natureza jurídica, em conversas com o **TCE**-**GO** e com outros estados. A gestão estadual contesta o termo privatização e diz que fará novas rodadas de conversas com o funcionalismo nas próximas duas semanas, para então enviar projeto de lei das alterações para a Assembleia Legislativa.

(Arte O Popular)

O governo afirma que poderá fazer aportes na SSA para evitar desequilíbrio das contas e possíveis acréscimos relevantes na mensalidade, mas diz não ter fechado ainda previsão de valor do subsídio. A administração alega também que haverá um período de transição em acerto com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que passa a regular o instituto.

Sobre o quadro de servidores, a proposta do governo é que sejam redistribuídos em funções em outros órgãos do estado, em prazo de um ano, conforme definição da Secretaria Estadual de Administração (Sead). No entanto, há 21 casos de funcionários prestes a se aposentar. Com a mudança de cargo, eles terão de pagar um pedágio de cinco anos até concluir o período de contribuição. Há também preocupação com diferenças em planos de carreira nas novas funções.

Divergências

Os servidores contestam a alegação de que houve determinação do **TCE**-**GO**. Isso porque o último parecer sobre as contas do governo, feito pelo **conselheiro Celmar Rech** em junho do ano passado, traz opções à gestão estadual, com prazo até o fim de 2023: mudar a natureza jurídica ou se adequar a alguns pontos, como exclusão da arrecadação do Ipasgo na receita corrente líquida do estado (RCL) e a realização de concursos para fortalecer a fiscalização e melhorar a prestação de serviços.

Em entrevista coletiva na tarde de quarta-feira, o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz, e a procuradora-geral do Estado, Juliana Prudente, afirmaram que estudos jurídicos apontaram inviabilidade de exclusão da RCL sem alterar a natureza jurídica do órgão. Já a assessoria jurídica de entidades que representam o funcionalismo afirmam que seria possível realizar a diferenciação da receita.

Os auxiliares do governo também contestaram o termo privatização, que alegam que seria colocar o Ipasgo à venda para uma empresa privada. Eles admitem que, com o novo sistema, o instituto passa a funcionar como um plano de saúde, mas com o vínculo ainda com a gestão.

O governador também havia dito pela manhã que a mudança era determinação do **TCE**-**GO**. "É exigência do Tribunal de Contas, não é iniciativa do governador. O estado é submisso às regras e às leis e essa discussão foi a nós colocada pelo **TCE**, dando prazo limite até o final do ano", afirmou.

Ao ser questionado sobre privatização, o governador respondeu que "não tem nada a ver", mas não deu mais detalhes sobre como funcionará o órgão. "Haverá discussão com todos os sindicatos e beneficiários do Ipasgo para ver qual o caminho que deve ser tomado

agora. O estado não pode descumprir uma decisão do **TCE**", disse.

Na terça-feira, quando Vinícius Luz convocou servidores para reunião para anúncio da mudança da natureza jurídica, houve alvoroço no funcionalismo, que indicavam risco de prejuízos aos usuários, em termos de rede de atendimento e valor de mensalidade. Após duas reuniões, a primeira na sede do Ipasgo e a segunda na PGE, houve acerto para novo encontro na sexta-feira (24).

Pelo menos desde 2020, o **TCE**-**GO** tem defendido que a opção por autarquia é inadequada. Isso porque as receitas e gastos guardam relação apenas com os beneficiários (servidores) e não com o erário. Rech alertou no início de 2021 que as unidades técnicas do **TCE**-**GO** já fizeram críticas reiteradas sobre a questão nos processos de julgamento de contas do governo.

Em recomendação feita também em 2021, ele solicitou que o governo avaliasse a conveniência e oportunidade da adoção de medidas para alteração da natureza jurídica do Ipasgo, "de forma a fazer cessar as inadequadas implicações de se conferir artificialmente o caráter de receita pública aos recursos arrecadados dos beneficiários do plano de saúde".

Já em março do ano passado, houve determinação do **conselheiro** para que o instituto informasse "justificativa técnica para a manutenção da atual natureza jurídica, vez que, apesar de legalmente válida, a opção costuma ser apontada pelo Tribunal de Contas como causadora de outros efeitos indesejados".

Apesar da posição do **TCE** goiano, há outros estados que mantêm modelo de autarquia sem questionamentos dos órgãos de controle. O governo informou que o formato do Paraná, que tem SSA, serviu de inspiração para construir a proposta de **Goiás**.

Sindicatos

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público no Estado de **Goiás** (Sindipúblico), Nylo Sérgio, chamou atenção para a diferença de reajustes de planos de saúde regulados pela ANS. "Será uma entidade privada e regulada pela ANS. Nosso maior medo é o que isso vai influenciar na prestação de serviço e também na questão de valores para os usuários. Só no ano passado, houve aumento de 15,5% dos planos de saúde regidos pela ANS", disse.

O Ipasgo reajustou a mensalidade no início deste mês em 18,34%, depois de quase quatro anos sem alteração. A reposição da inflação do período apontava para aplicação de 24,82%. Com a alteração, os reajustes passam a ser anuais e em parcelas maiores.

Nylo falou ainda da situação delicada de alguns servidores. "Hoje havia servidores aos prantos porque estão num limbo. Podem levar até um ano para serem absorvidos e aqueles que estão perto de aposentar terão de cumprir pedágio de cinco anos ou aposentar proporcionalmente."

A deputada estadual Bia de Lima (PT), sindicalista que participou das reuniões, reclamou da não consulta anterior por parte do governo. "A forma como temos sido pegos de surpresa é o que nos amedronta. Chegamos a debater isso e o governo suspendeu, e agora chega com tudo pronto. Todas as vezes que chegam com tudo pronto, boa coisa não é."

Site: https://opopular.com.br/politica/mudanca-no-ipasgo-provoca-critica-e-temor-de-aumento-1.3011335

Ipasgo estuda mudar personalidade jurídica para Serviço Social Autônomo

A Redação

Goiânia - O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) anunciou que estuda alterar a personalidade jurídica, conforme determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). Com isso, deixará de ser uma autarquia estadual e se transformará em um Serviço Social Autônomo (SSA), de acordo com a procuradora-geral do Estado, Juliana Prudente. A declaração foi feita na tarde desta quarta-feira (22/3), durante a 1ª reunião com representantes sindicais.

Segundo a procuradora-geral, a mudança deve ocorrer até o final deste ano. O motivo da reunião foi justamente começar a chamar os sindicatos para demonstrar alguns estudos técnicos levantados e uma proposta de alteração dessa natureza jurídica. Sabemos dos receios que são levantados e esperemos que diante dessas primeiras conversas, tenhamos algo concreto para apresentar ao governador Ronaldo Caiado, a quem compete encaminhar o projeto de lei para a Assembleia Legislativa (**Alego**) , disse em entrevista.

Procuradora-geral do Estado, Juliana Prudente. (Foto: A Redação)

Ainda de acordo com o **TCE**-GO, se aprovada, a mudança ampliará o rol de cobertura do plano de saúde e permitirá a inclusão de pais, irmãos e outros parentes como dependentes dos titulares. O Ipasgo também deverá ser regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A partir da alteração jurídica, o instituto passará a ser gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro fiscal. No entanto, Juliana Prudente afirma que a nova personalidade jurídica não significa a privatização, ou seja, o Estado continua como controlador.

Uma nova reunião com representantes do Ipasgo, **TCE**-GO, conselhos e sindicatos está agendada para sexta-feira (24). A expectativa é que a audiência pública ocorra na próxima semana.

Autonomia fincanceira e mudança de contratações

O presidente do Ipasgo, Vinícius de Cecílio Luz, afirma que a mudança para o Serviço Social Autônomo (SSA) ainda não está totalmente definida, estudos ainda estão sendo feitos. Se aprovada, o Instituto passará a ter, além de autonomia financeira e administrativa, a imunidade em relação aos impostos federais e municipais. Também estará isento de tributos estaduais.

Durante entrevista coletiva, Vinícius ainda destaca que a contratação de funcionários mudará para o regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os servidores efetivos da autarquia serão colocados à disposição da Secretaria de Estado de Administração (Sead) para que sejam remanejados para outros órgãos do Governo de **Goiás**, respeitando a compatibilidade de atribuições, escolaridade e remuneração. Exonerações não estão previstas , afirma.

Site: https://www.aredacao.com.br/vida-e-saude/184263/ipasgo-estuda-mudar-personalidade-juridica-para-servico-social-autonomo

"Vou manter a bandeira da oposição hasteada", garante Marconi

Ex-governador também disse, em coletiva de imprensa, que não pretende ser candidato a prefeito de cidade alguma nas eleições de 2024

O ex-governador e presidente estadual do PSDB, Marconi Perillo, afirmou, nesta segunda-feira (20/03), que vai "manter a bandeira da oposição hasteada, lá no alto, falando tudo que precisa ser dito". "Não tenho medo do atual governador, por mais arbitrário, autoritário e perseguidor que ele seja. Vou continuar de cabeça erguida, falando o que eu penso, discordando de tudo aquilo que eu acho que tem que ser discordado e, ao mesmo tempo, concordando ou aplaudindo tudo aquilo que eventualmente eu considere certo", pontuou.

A declaração ocorreu durante coletiva de imprensa para comentar sobre ações, arquivadas pelo **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) e Ministério Público do Estado de **Goiás** de **Goiás** (MPGO), relacionadas a obras rodoviárias e concessão de incentivos fiscais ao setor sucroalcooleiro em seus mandatos.

"O meu foco, daqui para frente, é continuar trabalhando para limpar o meu nome. Nem que seja a última tarefa minha na vida pública. Até a última gota de tinta que usaram para sujar o meu nome eu vou limpar", ressaltou. "Vou continuar lutando para que haja Justiça. Não só para mim. Justiça para todos."

Perguntado sobre seu futuro político, Marconi disse que não será candidato nas próximas eleições municipais. "Não serei candidato a prefeito de cidade alguma. Eu deixo isso claro. Não sou candidato de dois em dois anos. Não faço política por oportunismo, faço por idealismo. Não sou candidato [em 2024], e 2026 está longe. Até lá, vou avaliar o que fazer."

O tucano também declarou que, mesmo que não concorra a um cargo diretamente contra o atual governador, continuará comparando os seus governos com os os dele para mostrar o trabalho que fez "e o que é farsa".

Em relação a 2026, Marconi destacou, ainda, que, por não ter vaidade, pode nem ser candidato, mas garantiu que participará ativamente do processo eleitoral. "Vou continuar, enquanto vida tiver, na política, independentemente de ser ou não candidato."

Site: https://brasilemfolhas.com/2023/03/22/vou-manter-a-bandeira-da-oposicao-hasteada-garante-marconi/

Projeto de lei muda natureza jurídica do Ipasgo

Redação

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA), atendendo determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). O projeto de lei será encaminhado à apreciação da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) e se aprovado irá ampliar o rol de cobertura e ainda permitir a inclusão de pais, irmãos e outros parentes como dependentes dos titulares.

Com a alteração da natureza jurídica, o Ipasgo passa a ser regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, bem como a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

A nova personalidade jurídica, no entanto, não significa a privatização do Ipasgo. Nesse caso, ele passa a ser gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal. No Serviço Social Autônomo, o Estado continua como controlador. "A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança", afirma o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz.

A proposta de transformação da autarquia em SSA atende determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). A corte de contas impôs que até o final deste ano seja efetivada a conversão do Ipasgo em pessoa jurídica de direito privado, aos moldes dos integrantes do Sistema S (Sesc, Senai, Sebrae, dentre outros).

O **TCE** entende que a medida corrige uma inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência prestada pelo Ipasgo. A configuração jurídica deve mudar, no entendimento do Tribunal, para dar o devido reconhecimento de que o Ipasgo é mantido com recursos privados, já que são oriundos dos salários de servidores e de dependentes.

Consumada a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil.

A mudança terá impacto também no regime de contratação dos funcionários do instituto, que passam a ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como efeito, os atuais 239 servidores efetivos da autarquia serão colocados à disposição da Secretaria de Estado de Administração (Sead) para que sejam remanejados para outros órgãos do Governo de **Goiás**, respeitando a compatibilidade de atribuições, escolaridade e remuneração. Não haverá exonerações de servidores efetivos. Além deles, o Ipasgo tem hoje 18 servidores comissionados e outros 53 cedidos ou à disposição do instituto.

Já a prestação de serviço terceirizada será assumida pelo Serviço Social Autônomo, por meio de contratações em regime CLT. Hoje, o instituto tem 586 funcionários terceirizados. Os contratos com fornecedores e prestadores de serviço também serão absorvidos pela SSA. Em ambos os casos estão garantidos todos os direitos e deveres contratuais.

Criado em outubro de 1962, o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** tem 596.054 usuários; 3.089 prestadores credenciados em todo o estado; 841 clínicas, hospitais e laboratórios; além de 161 convênios com prefeituras, câmaras, sindicatos, entre outros. O instituto tem orçamento de quase R$ 2 bilhões por ano oriundo de recursos privados dos servidores públicos.

Site:
https://www.deminutoaminuto.com.br/2023/03/22/projeto-de-lei-muda-natureza-juridica-do-ipasgo/

Projeto de lei muda natureza jurídica do Ipasgo

Alan Ribeiro

Instituto deixa de ser uma autarquia para se tornar um Serviço Social Autônomo (SSA), regido pelas normas a Agência Nacional de Saúde (ANS), o que irá ampliar rol de cobertura e acesso a dependentes

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA), atendendo determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). O projeto de lei será encaminhado à apreciação da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) e se aprovado irá ampliar o rol de cobertura e ainda permitir a inclusão de pais, irmãos e outros parentes como dependentes dos titulares.

Com a alteração da natureza jurídica, o Ipasgo passa a ser regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, bem como a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

A nova personalidade jurídica, no entanto, não significa a privatização do Ipasgo. Nesse caso, ele passa a ser gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal. No Serviço Social Autônomo, o Estado continua como controlador. "A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança", afirma o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz.

Determinação do **TCE**

A proposta de transformação da autarquia em SSA atende determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). A corte de contas impôs que até o final deste ano seja efetivada a conversão do Ipasgo em pessoa jurídica de direito privado, aos moldes dos integrantes do Sistema S (Sesc, Senai, Sebrae, dentre outros).

O **TCE** entende que a medida corrige uma inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência prestada pelo Ipasgo. A configuração jurídica deve mudar, no entendimento do Tribunal, para dar o devido reconhecimento de que o Ipasgo é mantido com recursos privados, já que são oriundos dos salários de servidores e de dependentes.

Mudanças

Consumada a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil.

A mudança terá impacto também no regime de contratação dos funcionários do instituto, que passam a ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como efeito, os atuais 239 servidores efetivos da autarquia serão colocados à disposição da Secretaria de Estado de Administração (Sead) para que sejam remanejados para outros órgãos do Governo de **Goiás**, respeitando a compatibilidade de atribuições, escolaridade e remuneração. Não haverá exonerações de servidores efetivos. Além deles, o Ipasgo tem hoje 18 servidores comissionados e outros 53 cedidos ou à disposição do instituto.

Já a prestação de serviço terceirizada será assumida pelo Serviço Social Autônomo, por meio de contratações em regime CLT. Hoje, o instituto tem 586 funcionários terceirizados. Os contratos com fornecedores e prestadores de serviço também serão absorvidos pela SSA. Em ambos os casos estão garantidos todos os direitos e deveres contratuais.

Perfil

Criado em outubro de 1962, o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** tem 596.054 usuários; 3.089 prestadores credenciados em todo o

estado; 841 clínicas, hospitais e laboratórios; além de 161 convênios com prefeituras, câmaras, sindicatos, entre outros. O instituto tem orçamento de quase R$ 2 bilhões por ano oriundo de recursos privados dos servidores públicos.

Fotos: Ipasgo

Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** - Governo de **Goiás**

Site: https://portaldoalan.com.br/2023/03/projeto-de-lei-muda-natureza-juridica-do-ipasgo/

Mudanças no Ipasgo devem permitir inclusão de pais como dependentes de titulares

Ratinho Notícias

Texto será enviado à Assembleia Legislativa de **Goiás**; se aprovado irá ampliar o rol de cobertura e ainda permitir a inclusão de pais, irmãos e outros parentes como dependentes dos titulares

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA), atendendo determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). O projeto de lei será encaminhado à apreciação da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) e se aprovado irá ampliar o rol de cobertura e ainda permitir a inclusão de pais, irmãos e outros parentes como dependentes dos titulares.

Com a alteração da natureza jurídica, o Ipasgo passa a ser regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, bem como a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

A nova personalidade jurídica, no entanto, não significa a privatização do Ipasgo. Nesse caso, ele passa a ser gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal. No Serviço Social Autônomo, o Estado continua como controlador. "A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança", afirma o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz.

A proposta de transformação da autarquia em SSA atende determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). A corte de contas impôs que até o final deste ano seja efetivada a conversão do Ipasgo em pessoa jurídica de direito privado, aos moldes dos integrantes do Sistema S (Sesc, Senai, Sebrae, dentre outros).

O **TCE** entende que a medida corrige uma inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência prestada pelo Ipasgo. A configuração jurídica deve mudar, no entendimento do Tribunal, para dar o devido reconhecimento de que o Ipasgo é mantido com recursos privados, já que são oriundos dos salários de servidores e de dependentes.

Consumada a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil.

A mudança terá impacto também no regime de contratação dos funcionários do instituto, que passam a ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como efeito, os atuais 239 servidores efetivos da autarquia serão colocados à disposição da Secretaria de Estado de Administração (Sead) para que sejam remanejados para outros órgãos do Governo de **Goiás**, respeitando a compatibilidade de atribuições, escolaridade e remuneração. Não haverá exonerações de servidores efetivos. Além deles, o Ipasgo tem hoje 18 servidores comissionados e outros 53 cedidos ou à disposição do instituto.

Já a prestação de serviço terceirizada será assumida pelo Serviço Social Autônomo, por meio de contratações em regime CLT. Hoje, o instituto tem 586 funcionários terceirizados. Os contratos com fornecedores e prestadores de serviço também serão absorvidos pela SSA. Em ambos os casos estão garantidos todos os direitos e deveres contratuais.

Por Mais **Goiás**

Site:

https://ratinhonoticias.com.br/2023/03/22/mudancas-no-ipasgo-devem-permitir-inclusao-de-pais-como-dependentes-de-titulares/

SINDJUSTIÇA solicita à PGE análise prévia de projeto que vai alterar personalidade jurídica do instituto

A Diretoria do Ipasgo e membros da Procuradoria-Geral do Estado reuniram-se na tarde desta quarta-feira, 22, com entidades representativas dos servidores públicos de **Goiás** para detalhar as alterações previstas para ocorrerem no instituto, que deverá ter a personalidade jurídica alterada, de autarquia para Sociedade de Serviço Autônomo. Os dirigentes anunciaram a realização de uma audiência pública em breve para discutir o assunto com os usuários do plano de saúde.

A vice-presidente do SINDJUSTIÇA, Cristiana Abreu, que representou o Sindicato na reunião, solicitou à PGE o envio do Projeto de Lei com o detalhamento das alterações previstas às instituições representativas dos servidores públicos. "Assim, poderemos fazer uma avaliação prévia do assunto para nos posicionarmos de forma efetiva. A nossa preocupação e cautela é para que não haja prejuízos para os servidores do ponto de vista da cobertura do serviço, da qualidade da assistência e do custo da mensalidade", destacou Cristiana.

Em evento na manhã de hoje, o governador Ronaldo Caiado afirmou que as mudanças são uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), o que foi confirmado na reunião de agora à tarde com a participação das entidades. Como Sociedade de Serviço Autônomo retira-se a receita do Ipasgo da receita corrente líquida do Estado. A nova personalidade jurídica é questionada por parte do funcionalismo, que defende o sistema de autogestão, tal como é, por exemplo, no Mato Grosso do Sul.

De acordo com as informações colhidas hoje, com a alteração, os servidores poderão incluir os pais como dependentes, segundo as regras da ANS. A previsão é que alteração da personalidade jurídica do Ipasgo ocorra até dezembro desse ano.

Site: https://sindjustica.com/2023/03/22/sindjustica-solicita-a-pge-analise-previa-de-projeto-que-vai-alterar-personalidade-juridica-do-instituto/

Projeto de lei muda natureza jurídica do Ipasgo

"A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança", afirma o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz. A proposta de transformação da autarquia em SSA atende determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**).

Instituto deixa de ser uma autarquia para se tornar um Serviço Social Autônomo (SSA), regido pelas normas a Agência Nacional de Saúde (ANS), o que irá ampliar rol de cobertura e acesso a dependentes

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA), atendendo determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). O projeto de lei será encaminhado à apreciação da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) e se aprovado irá ampliar o rol de cobertura e ainda permitir a inclusão de pais, irmãos e outros parentes como dependentes dos titulares.

Com a alteração da natureza jurídica, o Ipasgo passa a ser regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, bem como a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

A nova personalidade jurídica, no entanto, não significa a privatização do Ipasgo. Nesse caso, ele passa a ser gerido por uma diretoria executiva composta por presidente, chefe de gabinete e diretores, com apoio de dois conselhos, um de administração e outro, fiscal. No Serviço Social Autônomo, o Estado continua como controlador. "A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança", afirma o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz.

Determinação do **TCE**

A proposta de transformação da autarquia em SSA atende determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**). A corte de contas impôs que até o final deste ano seja efetivada a conversão do Ipasgo em pessoa jurídica de direito privado, aos moldes dos integrantes do Sistema S (Sesc, Senai, Sebrae, dentre outros).

O **TCE** entende que a medida corrige uma inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores, apesar desses recursos serem direcionados para a assistência prestada pelo Ipasgo. A configuração jurídica deve mudar, no entendimento do Tribunal, para dar o devido reconhecimento de que o Ipasgo é mantido com recursos privados, já que são oriundos dos salários de servidores e de dependentes.

Mudanças

Consumada a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil.

A mudança terá impacto também no regime de contratação dos funcionários do instituto, que passam a ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como efeito, os atuais 239 servidores efetivos da autarquia serão colocados à disposição da Secretaria de Estado de Administração (Sead) para que sejam remanejados para outros órgãos do Governo de **Goiás**, respeitando a compatibilidade de atribuições, escolaridade e remuneração. Não haverá exonerações de servidores efetivos. Além deles, o Ipasgo tem hoje 18 servidores comissionados e outros 53 cedidos ou à disposição do instituto.

Já a prestação de serviço terceirizada será assumida pelo Serviço Social Autônomo, por meio de contratações em regime CLT. Hoje, o instituto tem 586 funcionários terceirizados. Os contratos com fornecedores e prestadores de serviço também serão absorvidos pela SSA. Em ambos os casos estão

garantidos todos os direitos e deveres contratuais.

Perfil

Criado em outubro de 1962, o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** tem 596.054 usuários; 3.089 prestadores credenciados em todo o estado; 841 clínicas, hospitais e laboratórios; além de 161 convênios com prefeituras, câmaras, sindicatos, entre outros. O instituto tem orçamento de quase R$ 2 bilhões por ano oriundo de recursos privados dos servidores públicos.

Fotos: Ipasgo

Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** - Governo de **Goiás**

Alan inicia seus trabalhos com o único objetivo, trazer a todos informação de qualidade, com opinião de pessoas da mais alta competência em suas áreas de atuação.

See author s posts

Site: https://blogdoalanribeiro.com.br/2023/03/22/projeto-de-lei-muda-natureza-juridica-do-ipasgo/